

Os gafanhotos de Brasília

Luís Carlos Lisboa

Há quem diga em Brasília que o governo Collor de Mello está repetindo a velha invocação que pede a Deus que o livre dos amigos, que dos inimigos ele dá conta sozinho. Seus adversários conhecidos, no Congresso onde se travam suas batalhas, são aproximadamente aqueles 185 parlamentares da oposição que votaram contra a Medida Provisória 184, que elevaria os saques da poupança, e esses o governo enfrenta com disposição. Seus amigos são aqueles outros que, tendo votado com ele outras vezes, já deixaram entender que podem mudar de voto em função do que receberem em troca, no espírito do "é dando que se recebe". Contra esses o governo invoca a proteção dos Céus e toma outras pequenas providências, como anunciar que os "negócios" estão abertos na forma de pedidos de audiência, disponibilidade de cargos e concessões.

Felizmente para ele, o governo dispõe de ajuda também desinteressada no Congresso. capaz de apoiá-lo convencida da propriedade das pretensões governamentais, ou simplesmente do Plano Brasil Novo. Será verdade, como informam jornais confiáveis, que 70% dos congressistas dão o voto em troca de pedido atendido, fazendo do fisiologismo uma força mais poderosa que a ideologia, hoje um tanto declinante? Cargos de segundo e terceiro escalões seriam material de troca na obtenção de votos para vencer a inflação e resolver o horrendo problema econômico brasileiro? Não é fácil acreditar que isso seja verdade, longe dos filmes sobre a Máfia e distante das novelas sempre tão céticas sobre o caráter humano e, no entanto, parece que é. Mas, e a vontade popular, os milhões de votos que em novembro e dezembro quiseram mudar o rosto do País, e tudo indica pretenderam varrer velhos costumes e uma certa mentalidade? Será preciso talvez uma nova eleição, a de outubro próximo, para que fique ainda mais clara a decisão do País de remover hábitos do meio político que teimam em sobreviver num Congresso em grande parte envelhecido.

O Congresso Nacional está preparando três novos golpes contra o Plano Brasil Novo: a impossibilidade de demitir, que assegura o primado do apadrinhamento e da inércia; a reposição salarial da inflação antiga e a indexação dos salários que vai assegurar a volta da inflação, para alguns de saudosa memória. Os que se opõem a essa volta ao Brasil Velho não podem ir muito além de divulgar os fatos, de mostrar o que significam e como se desdobram. Esse é o dever dos que não se conformam em viver num museu vivo, em lugar de viver num regime livre, de iguais oportunidades: falar, mostrar, denunciar. O raposismo que o Brasil quis sepultar para sempre, escolhendo nas urnas o candidato que de forma mais candente pregava contra as mordomias e os privilégios do que chamou "marajás", está perfeitamente saudável no Congresso, graças a Deus em escala reduzida mas de tamanho suficiente para atrapalhar os que querem extingui-lo de vez. É

essa minoria que deseja calar a vontade da maioria, a menos que seja alimentada no seu apetite insaciável de cargos e facilidades, esse maná dos corruptos.

Não fosse 1990 ano eleitoral e o inusitado interesse que os políticos têm agora pela questão salarial dos trabalhadores estaria talvez reduzido à metade, aquela metade que se interessa de fato pelo assunto. Mas não é só isso: os pequenos cargos, as mínimas nomeações são fundamentais quando há pela frente um pleito que exige despesas e oportunidades para sair da sombra, para destacar a imagem de líder, talvez de estadista, de homem público, enfim, preocupado com o bem-estar do povo. *Não há nada mais antigo que essa imagem, que essa carência, e o Congresso tresanda a todo gênero de coisas semelhantes.* É preciso prestar atenção nesse fenômeno, é necessário divulgar o que acontece também nos corredores, nas comissões e salas de café daquela casa que *afinal não é de grupo* nenhum nem do **esprit de corps** dos seus membros, todos eles transitórios. Ninguém nasceu deputado ou senador, ninguém tem essa condição agregada à sua existência. Ainda bem.

A classe política no Brasil merece toda atenção do povo deste país. Uma vez que nos é dado escolher representantes, recusando os que nos parecerem indignos do cargo, é preciso conhecê-los bem. O voto distrital, que os constituintes relegaram ao esquecimento, talvez por instinto — uma vez que esse sistema aproxima votantes e votados até o detalhe microscópico —, podia merecer um plebiscito, futuramente. No momento, bastam os jornais e a televisão para saber quem são os homens que preparam sua reeleição ainda este ano, à custa de facilidades e cargos nos segundo e terceiro escalões, e quais são aqueles que resistem à enxurrada e defendem idéias e se preocupam com o País, exceções louváveis e modelos na hora da decisão eleitoral.

A recessão pode ser o primeiro resultado do conflito que se esboçou entre o Legislativo e o Executivo, podando um plano econômico que foi feito para funcionar sem maiores dores que a expropriação de fundos para garantir a liquidez. Pensar que isso está sendo feito por motivos inconfessáveis, à velha maneira da malandragem política nacional, é no mínimo deprimente. Os derrotados nas urnas do ano passado têm direito a um certo ressentimento, e até mesmo a um moderado arrepio de fundo ideológico. Quem não pode votar contra o governo são os "amigos" de ocasião, que vendem sua vontade de olho numa reeleição que sem essa ajuda não ocorreria. Esses, especialmente, são merecedores de toda atenção do País, por razões óbvias e bem justificadas. Da mesma forma que um camponês fixa seus olhos nos gafanhotos que caem sobre sua lavoura, pouco antes de começar seu extermínio.

Luís Carlos Lisboa é jornalista e escritor